

A resposta política da China aos desafios da globalização

Dora A. E. Martins

Resumo:

Logo após a enunciação da política de reformas e abertura ao exterior (*gaige kaifang*) do Pequeno Timoneiro, este previu as suas consequências negativas: “Quando se abrirem as portas, algumas moscas entrarão com o ar fresco” (1979). A realidade internacional é actualmente caracterizada por uma grande interdependência e globalização, pelo que impreterivelmente, os valores da maioria chegam a todo o mundo. E a China não podia ser excepção à regra. Os valores ocidentais penetraram na sociedade chinesa, não somente nas camadas sociais em ascensão mas também nas camadas mais descontentes com as consequências negativas do rápido crescimento económico. Ao longo dos anos 80, as fileiras deste movimento foram aumentando, incluindo até algumas etnias minoritárias, e pugnando pela liberdade de expressão e reunião entre outras. Estas reivindicações crescentes atingiram o zénite em Junho de 1989, quando as manifestações foram finalmente esmagadas na Praça, ironicamente denominada da Paz Celestial.

Na sequência das sanções internacionais de que foi alvo a China pela violenta repressão de 1989, o regime tem procurado introduzir inovações que mais se adequem à realidade internacional liberal e ao sistema político de estilo ocidental. É disso exemplo a realização de eleições ditas democráticas ao nível local mas que na verdade pouca democratização representa para o sistema político chinês, da ditadura democrática do proletariado.

Depois de uma primeira geração de líderes de carácter marcadamente militar, imbuídos de um espírito ideologicamente muito forte, e de uma segunda geração que, ainda que focalizada na modernização económica, sempre exerceu um grande controlo político, seguem-se duas gerações: a terceira, que chamaríamos de transição, e a quarta um pouco mais liberta de toda esta pressão. Com a morte ou reforma dos líderes políticos mais arraigadamente ligados à ideologia, tem a actual liderança tido uma maior margem de manobra para tomar decisões mais reformadoras. Neste contexto surgiram determinadas políticas, medidas ou princípios orientadores que procuraram inovar o sistema político, como

é o caso do “Pensamento das Três Representações” (*san ge daibiao*) e do “Conceito de Desenvolvimento Científico” (*kexue fazhan guan*). É exactamente o significado e implicações destas diversas medidas que procuraremos analisar através da nossa exposição.

Abstract:

After the implantation of the reform and opening up policy (*gaige kaifang*) by the orientation of the “Little Helmsman”, his most negative previsions were right: “When the door is open, some flies will fly in with the fresh air.” (1979) The international society is characterized by a great interdependence and globalization, and the values of the majority reach the entire world. And China could not be an exception. The western values penetrated Chinese society, not only the ascending social classes but also the most dissatisfied with the negative consequences of the fast economic growth. During the eighties, there was a growth in the participants of this movement, including also some ethnic minorities, who demanded liberty of speech and reunion. These growing claims reached the zenith in June 1989, when the manifestations were finally crushed in the Square, ironically named of Celestial Peace.

After being hit by international sanctions, Chinese regime is now searching for innovations more adequate to the liberal international reality and to the western political model. It's the example of the called democratic local elections, which few democratization represent to the Chinese political system, named proletarian democratic dictatorship.

After the first generation of leaders characterized by military features and a strong ideological spirit, and the second generation that emphasised economic modernization although with a great political control, there were two generations: the third which we can call the transition one, and the fourth much freer from pressure. After the death and retirement of ideological political leaders, today's leadership has a greater action range to take new decisions. On this background Chinese current leaders created several policies, measures and principles to innovate the political system, such as “The Three Represents” (*san ge daibiao*) and

the “Scientific Concept of Development” (*kexue fazhan guan*). That’s these several measures’ meaning and implications what we’ll try to explain.

A resposta política da China aos desafios da globalização

“Quando se abrirem as portas, algumas moscas entrarão com o ar fresco”

Deng Xiaoping, 1979

1. A China na era da globalização

A globalização como um processo em evolução de uma grande complexidade tem representado desafios e oportunidades múltiplos para os diversos países do mundo, pequenos ou grandes, ricos ou pobres. E a China não é excepção. A globalização é um fenómeno ao nível planetário que tornou os países e regiões interdependentes em resultado do desenvolvimento das novas tecnologias, entre outros factores. Trata-se de um fenómeno complexo que, segundo Robert Cox se caracteriza pela “internacionalização da produção, nova divisão internacional do trabalho, novos movimentos imigratórios do Sul para o Norte, novo ambiente competitivo que acelera estes processos e internacionalização do Estado, transformando os estados em agências do mundo globalizado.”¹ O evento fundamental que marca a inserção da China no mundo globalizado foi a sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) em Dezembro de 2001 que almejava já há uma década e meia.

Desde a adopção da política de reforma e abertura ao exterior (*gaige kaifang* 改革开放) por Deng Xiaoping, a China vem apresentando uma evolução muito positiva do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), tal como se pode verificar no quadro e gráfico seguintes. Entre 1978 e 2004, alcançou valores de crescimento médio anual do PIB de 9%, ultrapassando com êxito a crise asiática e tornando-se na actualidade na sexta maior economia e quarto maior mercado mundial. Para tal crescimento económico terão contribuído a entrada de recursos, o que se depreende que a China se encontra numa fase de industrialização e não pós-industrialização, assim como o investimento estrangeiro, o aumento contínuo da força de trabalho jovem e também a acumulação de capital, proveniente das poupanças dos cidadãos.

¹ *Apud* SCHOLTE, Jan Aart – “The globalization of world politics”, *in* BAYLIS, John e SMITH, Steve (ed.), *The Globalization of World Politics: An introduction to international relations*, 2.ª edição, New York: Oxford University Press, 2001, p. 15.

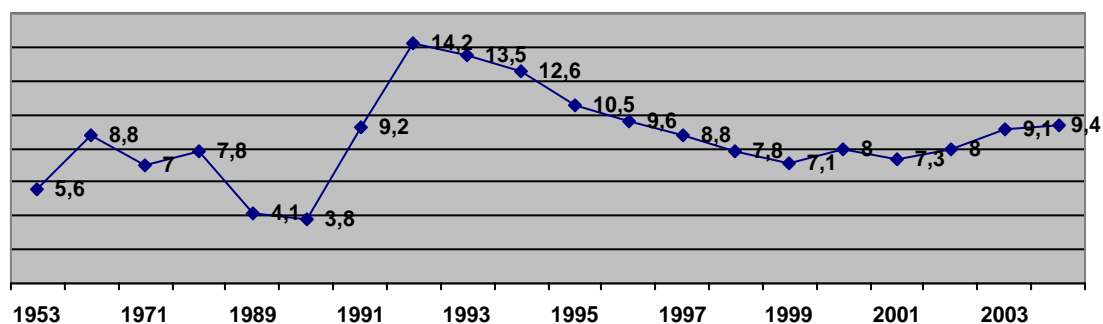
Quadro 1 – Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto Chinês

(% em relação ao ano anterior)

1953	1959	1971	1980	1989	1990	1991	1992	1993	1994
5,6	8,8	7,0	7,8	4,1	3,8	9,2	14,2	13,5	12,6

1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
10,5	9,6	8,8	7,8	7,1	8,0	7,3	8,0	9,1	9,4

Fonte: Departamento de Estatísticas Nacionais da China (<http://www.stats.gov.cn/>)



Fonte: Departamento de Estatísticas Nacionais da China (<http://www.stats.gov.cn/>)

Este crescimento económico tem-se repercutido na produtividade. Segundo o relatório do Banco Mundial,² a produtividade da China aumentou desde a aplicação das reformas em finais de 1970, o que resultou principalmente da transferência da força de trabalho de sectores agrícolas para não agrícolas, mais do que do progresso da tecnologia. Consequentemente, a inovação tecnológica devia tornar-se num objectivo prioritário para a China no futuro. Estes factores reflectem-se na vida dos cidadãos comuns. De acordo com o Departamento Nacional de Estatísticas da China,³ o rendimento disponível *per capita* dos residentes urbanos aumentou 7% e o rendimento *per capita* dos agricultores aumentou 11,4%. Por outro lado, o índice dos preços de consumo sofreu também um aumento de 4%. Ainda segundo aquele departamento, em 2004 foram criados 9,8 milhões de novos empregos, mais 800.000 do que o esperado, enquanto o

² “Will China growth sustain 30 more years?”, *People’s Daily Online*, 2004, November, 8.

³ “People’s life next year”, *People’s Daily Online*, 2004, December, 8.

desemprego registou uma taxa de 4,2%, menos 0,1% do que no ano anterior.⁴ A melhoria das condições económicas tem também tido reflexos nas classes chinesas mais abastadas. Segundo o Relatório Anual da Global Fortune de 2004, o número de pessoas ricas na China no ano anterior, ou seja, com um milhão de USD de propriedade financeira, totalizava 236.000, o que representou um aumento de 12% em relação ao ano precedente.⁵

Aparentemente, estes factores têm uma influência positiva na opinião da sociedade chinesa. Segundo o Livro Azul da Sociedade publicado em 2005,⁶ 80% dos chineses consideravam-se pessoas felizes, o que está relacionado com a estabilidade da flutuação dos preços, grau de satisfação profissional individual, avaliação correcta sobre a direcção geral do desenvolvimento e o grau de satisfação sobre as actividades de tempos livres. Os residentes rurais sentem-se mais felizes do que os residentes urbanos, sendo que mais de metade do total de residentes sente que a sua vida é pacífica e satisfatória.

Se bem que a entrada da China na OMC tem sido encarada com muito optimismo, a verdade é que a chefia chinesa procura cingir as influências daí decorrentes ao âmbito económico-financeiro, procurando obter vantagens. De uma forma geral, a entrada da China nesta organização internacional apresenta um mar de possibilidades para a sua economia, abrindo-se todo um mercado para onde a China poderá escoar mais favoravelmente os seus produtos, ao mesmo tempo que recebe matérias-primas, investimentos e *know how* de outros países, dos quais tanto precisa para se desenvolver. Concomitantemente, a China terá necessidade de reformar vários sectores da economia como forma de responder aos compromissos daí decorrentes, nomeadamente baixando as taxas dos bens manufacturados (têxteis e vestuário em especial), abrindo o sector dos serviços ao investimento estrangeiro, abrindo e reformando o sector financeiro e seguindo as regras da OMC, especialmente em matéria de propriedade intelectual e investimento. 2004 foi registado como o ano em que o desenvolvimento económico e social alcançou o seu melhor nos últimos 10 anos.⁷

De acordo com os especialistas chineses reunidos na Terceira Reunião Académica Anual sobre a OMC e a China, em Beijing em Dezembro de 2004, as

⁴ “China’s unemployment rate dropped in 2004”, People’s Daily Online, 2005, January, 26.

⁵ “How many wealthier people does China have after all?”, People’s Daily Online, 2004, September, 14.

⁶ “Nearly 80 percent Chinese happy with life”, People’s Daily Online, 2004, December, 15.

⁷ “Sociologists forecasts seven Chinese social trends in 2005”, People’s Daily, 2004, December, 14.

principais mudanças decorrentes da entrada da China naquela organização são cinco,⁸ a saber:

- 1) Aceleração da reestruturação industrial e fortalecimento da competitividade económica
- 2) Melhoria do sistema económico de mercado e aceleração da transição das funções do governo
- 3) Elevação do nível de abertura e aumento da influência na economia mundial
- 4) Melhoria do nível de vida e de bem-estar dos residentes urbanos e rurais
- 5) Melhoria do ambiente externo de desenvolvimento económico e aceleração da cooperação económica regional

2. Problemas decorrentes da globalização

Contudo, e como não há bela sem senão, a entrada da China na OMC suscitou também alguns problemas. Segundo os especialistas chineses, são oito os problemas principais:

- 1) Aceleração da transição da indústria internacional de manufacturas e deslocalização de algumas indústrias de baixo nível e de alto consumo de energia para o estrangeiro
- 2) Rápido crescimento das exportações e aumento considerável das fricções comerciais
- 3) Proeminência crescente das contradições de estrangulamento de recursos
- 4) Fragilidade de algumas indústrias em competitividade
- 5) Necessidade de melhoria de leis e regulamentos relevantes
- 6) Pressão crescente sobre as indústrias desvantajosas, apesar da melhoria do ambiente externo
- 7) Situação não optimista do emprego
- 8) Aumento da confiança no comércio externo que se torna mais susceptível à influência económica internacional⁹

⁸ “Five changes and eight problems after 3 years in WTO”, People’s Daily, 2004, December, 13.

⁹ “Five changes and eight problems after 3 years in WTO”, People’s Daily Online, 2004, December, 13

Existe, de facto, um conjunto de problemas estruturais que o governo chinês não deverá perder de vista, nomeadamente, a reforma das Empresas Estatais, o crescente desemprego, a reforma do sistema bancário, a política monetária e fiscal, a grande migração do campo para a cidade, a falta de uma rede de segurança social, o grande número de empréstimos não líquidos e a degradação ambiental. Para além disso, o desenvolvimento económico suscitou fenómenos de especulação, encarecendo os imobiliários, o que está na origem de fenómenos sociais relacionados com actividades ilegais, nomeadamente a contrafacção e o contrabando, assim como a corrupção.

O rápido crescimento económico da China alterou também a estrutura social chinesa com o aparecimento da classe média. Segundo o Departamento Nacional de Estatísticas da China, esta corresponde a um rendimento anual entre 60.000 (7.250 USD) e 500.000 yuan, o que representa 5% do total da população.¹⁰ Contudo, prevê-se que essa proporção aumente para 45% em 2020, o que provocará novas e profundas mudanças no desenvolvimento social. A classe média concentra-se na região costeira onde a economia se tem desenvolvido rapidamente, sendo constituída por donos de pequenas e médias empresas privadas, empresários citadinos e especialistas em nova e alta tecnologia. Trata-se portanto de uma classe que emergiu de uma economia baseada no conhecimento. Segundo o sociólogo Bao Degong, “a reforma económica chinesa trouxe toda uma nova sociedade, na qual pessoas com riqueza e boa educação encontraram rapidamente a sua posição e formaram uma classe média na China”¹¹.

De acordo com um relatório recentemente elaborado sob o título “Mobilidade da sociedade chinesa contemporânea”¹² haverá três possibilidades de evolução da sociedade chinesa no futuro:

- 1) Transição da estrutura social de formato cebola para formato azeitona, dando-se um desenvolvimento económico e social contínuo e melhoria das condições, contribuindo para uma estrutura social justa, razoável e aberta;
- 2) Desenvolvimento instável da estrutura social devido ao facto das políticas governamentais estarem direccionadas para o

¹⁰ “China’s middle class defined by income”, People’s Daily Online, 2005, January, 20

¹¹ “Middle class becomes rising power in China”, People’s Daily Online, 2004, November, 7

¹² “How to optimize social structure in China”, People’s Daily Online, 2004, August, 16

desenvolvimento económico, em detrimento do desenvolvimento social;

- 3) Desenvolvimento desarmonioso da estrutura social e económica devido ao mau ambiente para o seu crescimento ao nível interno e externo.

Como melhor forma de promover o harmonioso desenvolvimento económico e social, parece-nos que a liderança chinesa deverá tentar resolver alguns dos principais problemas decorrentes da sua política de promoção do crescimento económico e abertura ao exterior, em última análise decorrentes da globalização. Entre estes, os que nos parecem vir a ter uma maior influência na situação política futura, se não forem devidamente resolvidos, incluem-se os desequilíbrios económicos regionais entre o litoral e o interior e entre o meio urbano e rural, com o respectivo êxodo populacional, o desemprego, a falta de segurança no trabalho, a corrupção, a poluição e a falta de recursos energéticos, e o surgimento de várias seitas religiosas.

Um dos fenómenos mais complexos resultante do acelerado crescimento económico é o aumento do fosso económico entre as regiões costeira e interior da China. Ainda que nos últimos anos, num conjunto a China tenha apresentado níveis médios de crescimento na casa dos 9%, a verdade é que esse crescimento não é uniforme pois, segundo dados de 2001, os cerca de 38% da população total que ocupam a orla costeira (de Liaoning a Guangdong) contribuem para o PIB da China em mais de metade (57%), enquanto que a China do interior (de Heilongjiang a Yunnan) produz 39% do PIB e aloja 55 % da população total e a China do exterior dos grandes planaltos do Oeste do Tibete e de Xinjiang, apesar de representar cerca de 37% do território chinês, a sua população não representa mais do que 2% da população total e menos de 2 % do PIB da China.

São também evidentes as disparidades económicas existentes entre a China urbana e a China rural, onde vivem dois terços da população. Ao viajar pela China, é flagrante a diferença entre grandes metrópoles como Beijing, Shanghai, Tianjin e Chongqing e as pequenas cidades encravadas no interior rural. À medida que se entra nas profundezas do interior da China, é inevitável o reconhecimento do seu subdesenvolvimento. A verdade é que, de uma forma geral, os salários não crescem ao mesmo ritmo que o aumento do custo de vida. Ao mesmo tempo, o

desemprego também aumenta, particularmente nas empresas estatais que vão sendo desmanteladas, para dar lugar a empresas privadas, alicerçadas na lógica da economia capitalista de mercado. Segundo dados oficiais, o encerramento de empresas públicas entre 1998 e 2002 resultou no desemprego de 24 milhões de trabalhadores, que representavam 10% da força de trabalho urbana.¹³ Ainda que os números oficiais do desemprego sejam muito otimistas, abaixo dos 5%, a verdade é que se suspeita que estes serão muito superiores, principalmente em vista do elevado número de camponeses que acorrem às cidades na esperança de melhores condições de vida, de melhores salários.

Estas dificuldades crescentes, aliadas a uma diminuição do medo perante as autoritárias chefias chinesas por parte de uma população cada vez mais instruída, sejam eles trabalhadores rurais ou urbanos, têm sido motivo de manifestações ou greves que ocorrem como múltiplos focos um pouco por toda a China, especialmente no Nordeste e no Sul.¹⁴ E as autoridades chinesas, quais bombeiros de serviço, segundo expressão de Jean-Philippe Beja,¹⁵ tentam freneticamente apagar as diversas faúlhas que vão surgindo um pouco por toda a parte. Segundo estatísticas não oficiais, em 2003 ocorreram cerca de 60.000 manifestações envolvendo mais de 3 milhões de pessoas, motivadas principalmente pela cada vez maior desigualdade entre pobres cada vez mais explorados e ricos que tentam obter mais e mais poder e pela corrupção nos vários níveis de governo e do funcionalismo público, mas também pelo aumento dos despedimentos, abuso policial, expropriação de terras dos camponeses,¹⁶ impostos e taxas elevados, tensões étnicas, fundos públicos mal gastos, imigração forçada e não pagamento de salários. Este número corresponde a um significativo aumento de 15% em relação às manifestações ocorridas no ano anterior e de 8 vezes mais do que uma década atrás.

¹³ “China’s Economy”, *The Economist*, 2004, September, 9.

¹⁴ Em alternativa, a população pode manifestar pacificamente o seu descontentamento através de petições junto do governo central. Em 2003, este recebeu mais de 10 milhões de petições, o que representou um aumento de 46% em relação ao ano anterior.

¹⁵ Documentário “Macau: duas bandeiras”, RTP, 6 de Janeiro de 2005.

¹⁶ São cada vez mais comuns os casos de expropriação de terras a trabalhadores agrícolas para construção de ricos imobiliários, sendo que a maior parte dos camponeses não recebe a compensação devida. Na última década, 70 milhões de camponeses terão perdido as suas terras. (“The Great Divide: Suddenly Landless: Farmers Being Moved Aside by China’s Real State Boom”, *New York Times*, 2004, Dezembro, 8) Em Outubro de 2004, ocorreu uma das maiores lutas contra confiscações de terras que envolveram em Shishan, Fuzhou (Fujian) cerca de 8.000 camponeses.

Durante o ano passado ocorreram manifestações de excepcional dimensão nas províncias de Shanxi, onde dois polícias foram assassinados, após cerca de 200 trabalhadores procurarem a libertação dos seus colegas; Guangxi que envolveu 10.000 pessoas; Henan, onde um acidente de trânsito resultou em conflitos entre chineses *han* e chineses da minoria *hui* e na morte de 7 pessoas e ferimentos em 42; Guangdong, onde 50.000 trabalhadores se envolveram em escaramuças com guardas policiais; Sichuan, onde ocorreram dois casos com apenas 10 dias de intervalo, um dos quais envolvendo cerca de 50.000 pessoas e o outro 100.000 agricultores. Estas revoltas, motivadas por causas aparentemente insignificantes, rapidamente resultaram em grande violência e dimensão, coadjuvadas pelas novas tecnologias de comunicação através das quais rapidamente se transmitiu a informação, suscitando uma onda colectiva de apoio. Com o agravamento das disparidades económicas e das condições de vida, aumenta o número de insatisfeitos, especialmente entre as camadas sociais inferiores que nada têm a perder. Ao mesmo tempo, verifica-se uma certa concertação de diferentes manifestações, que as autoridades chinesas procuram controlar, particularmente entre os chefes dos rebeldes mais ou menos organizados e coordenados entre si. Segundo Wang Jian, um investigador da Academia de Treino do Partido Comunista Chinês (PCC) de Changchun que recentemente realizou um estudo sobre o assunto, “estes incidentes de massas prejudicam gravemente a ordem social nacional e enfraquecem a autoridade do Estado, com negativas consequências internas e no estrangeiro.”¹⁷ E parece que o governo chinês está atento a este facto, tomando diversas medidas, mormente para controlar as manifestações em momentos mais sensíveis, como acontecimentos nacionais, nomeadamente associados aos feriados nacionais, a Congressos Nacionais ou inclusivamente à morte de líderes carismáticos. É o caso da recente morte do defensor das reformas económicas e políticas da década de 80, Zhao Ziyang¹⁸. Se por um lado, os líderes chineses têm procurado controlar estas manifestações, especialmente sob a iniciativa de Luo Gan,

¹⁷ Citado por KAHN, Joseph - “China’s ‘Haves’ Stir the ‘Have Nots’ to Violence”, in *New York Times*, 2004, 31 Dezembro.

¹⁸ Zhao Ziyang ocupou os cargos de primeiro-ministro da China, assim como secretário-geral do Partido, tendo sido responsável por uma série de reformas no sentido da economia de mercado, permitindo alguns casos de privatização de terras e indústria e luta contra a corrupção. Contudo, por ter defendido a reforma política, assim como por ter tentado demover os jovens que se encontravam concentrados em Tian’anmen em 1989, foi obrigado a uma prisão domiciliária de 15 anos até à sua morte, em Janeiro de 2005. Como forma de evitar demonstrações, as autoridades chinesas fizeram uma breve declaração anunciando o seu óbito e realizaram uma modesta cerimónia fúnebre.

o membro do Politburo responsável pela segurança, por outro lado, procuram também resolver os problemas que estão na sua origem.

Uma outra razão que tem estado na base deste tipo de reivindicações são as condições de trabalho. A busca desenfreada por números de acelerado crescimento económico tem provocado alguma negligência na segurança do trabalho, particularmente no sector mineiro. A grande necessidade de recursos energéticos, nomeadamente de carvão,¹⁹ “tem criado uma óptima oportunidade para se estabelecerem mais minas ilegais e mais perigosas. As pessoas ignoram as licenças, reabrindo minas fechadas. As minas estão muito mal equipadas, os trabalhadores não são minimamente qualificados e a administração é frequentemente péssima.”²⁰ Consequentemente, segundo a Administração Geral do Estado da Segurança no Trabalho, em 2004 ocorreram 3.639 acidentes em minas que ceifaram a vida de 6.027 mineiros, que representa contudo uma diminuição em relação ao ano anterior. Em Fevereiro de 2005 ocorreu o pior acidente desde a fundação da República Popular da China, tendo falecido 214 pessoas. O vice-governador da província de Liaoning foi então demitido, de acordo com o novo sistema adoptado pelo Conselho de Estado no ano transacto de “assumir a culpa e demitir-se”. Apesar da China ser o maior produtor de carvão do mundo, produzindo 35% do total mundial, provoca 80% do total mundial de mortes em minas desta espécie. Deste modo, o governo prometeu no Congresso Nacional de 2005, reservar 3 biliões de yuan (361 milhões de USD) às tecnologias de segurança no trabalho.

Um dos aspectos mais negativos que caracterizam o aparelho político-administrativo chinês na actualidade é a corrupção. Esta afecta membros do governo local, provincial e mesmo central, assim como funcionários públicos em geral. A corrupção resulta não somente da cultura tradicional chinesa que vê a dádiva como uma forma de retribuição por um favor prestado, o “dom e a reciprocidade”, mas também do *sui generis* modelo político-económico chinês, que alia um sistema político autoritário a um modelo económico capitalista, dando azo a alguns abusos de poder. Desde a implantação da política de reforma e abertura, o número de casos de corrupção tem crescido não somente em número mas

¹⁹ O carvão representa dois terços do total de energia da China, gerando 80% de electricidade. Prevê-se que a dependência da China em carvão continuará nos próximos 30 a 50 anos.

²⁰ FROST, Stephen, cit. por KURTENBACH, Elaine – “China paying price for Industrial Boom, in The Associated Press, 2004, December, 1.

também em dimensão pelo número de pessoas envolvidas: de 1998 a 2003, 36 oficiais ao nível provincial e ministerial envolveram-se em casos de corrupção. De Dezembro de 2003 a Novembro de 2004, a Comissão Central para Inspeção de Disciplina do PCC resolveu 160.602 casos de má conduta de quadros partidários, tendo castigado 164.831 membros do partido, 15 dos quais ao nível ministerial, e transferido 4775 ofensores sérios para os departamentos de justiça, de acordo com um relatório daquela comissão apresentado em Fevereiro de 2005.²¹

Segundo um estudo do Departamento Nacional de Auditoria, publicado em Junho de 2004, foram detectados casos de má prática financeira em 41 dos 55 departamentos do Governo Central, totalizando 1,4 biliões de yuan (170 milhões de dólares) desviados do orçamento oficial, uma parte dos quais destinada a projectos das Olimpíadas e para combate à pobreza.²² Entre os aspectos que facilitam a corrupção incluem-se a falta de supervisão dos fundos concedidos, a falta de transparência na aprovação do orçamento e a moderação no tratamento de alguns casos de corrupção, sem contar com aqueles que nem chegam a ser descobertos. As formas de má prática financeira são dos mais variados tipos: desvio de fundos para projectos especiais, más práticas financeiras por parte das empresas estatais (ocultação de lucros, falhas na tomada de decisão, escoamento de bens estatais), embelezamento de fundos de apoio a catástrofes, desvio fiscal, aquisição ilegal de áreas rurais, empréstimos ilegais, compra e venda de lugares oficiais.²³ Estas práticas prejudicam o desempenho da administração aos mais diversos níveis, mas sobretudo lesando a população mais desfavorecida que, incapaz de obter ajuda, se vê imersa na sua degradante situação financeira.

O crescimento económico desenfreado tem tido consequências negativas não somente ao nível da população mas também a nível ambiental, de que é exemplo a poluição e a diminuição de recursos energéticos. Na cega busca por elevados índices económicos, o governo chinês descuroou durante algum tempo os aspectos ambientais, agravando-se a poluição atmosférica, terrestre e mesmo

²¹ “Corrupt Party officials punished , 15 with high posts”, Xinhuanet, 2005, Fevereiro, 15.

²² “China uncovers Olympic Corruption”, BBC, 2004, Junho, 24.

²³ Na imprensa oficial chinesa, foram inclusivamente descritas quatro características que da compra e venda de lugares: aumento do âmbito da corrupção, pois uma vez comprado um lugar por meios ilegais, o quadro será corrupto; comercialização do negócio, em que os vendedores e compradores realizam o negócio em qualquer local ou momento, especialmente quando decorrem concursos; os meios de pagamento são diversificados, incluindo dinheiro, artigos de valor, viagens ou mesmo oferta de presentes a familiares; aumento da prática de compra e venda de lugares. (*In* “4 features arise in buying or selling official posts”, People’s Daily Online, 2004, Novembro, 14)

fluvial e que em última análise afecta o próprio Homem. “Em 2002, o total de descargas de águas residuais industriais e de águas residuais domésticas era de 43,95 biliões de toneladas, 82% mais do que o total de tolerância ambiental. Ao mesmo tempo, a qualidade da água de 40,9% dos seus sete maiores rios (Rios Yangtsé, Amarelo, das Pérolas, Huaihe, Haihe, Songhuajiang e Liao) não obedeciam aos critérios para uso agrícola e 75% dos lagos contavam com um grave problema de eutroficação.”²⁴ Por outro lado, e segundo as estatísticas oficiais, o aumento da extensão de desertificação anual passou de 1000 Km² para 2460 Km² nos últimos 20 anos do século passado. Por outro lado, os recursos energéticos também se tornam cada vez mais escassos, provocando a pior crise energética das últimas duas décadas. Em 2003, a China consumiu 31% da produção mundial de carvão e o seu consumo de minério de ferro, aço e cimento totalizou 30%, 27% e 40% respectivamente da produção total. Também em 2003, a China tornou-se no segundo maior consumidor mundial de energia, à frente do Japão. Para fazer face à falta de recursos energéticos, a China tem aumentando estas importações ao mesmo tempo que diversifica as fontes internas. Nesse sentido, irá construir uma série de centrais eléctricas que terão uma capacidade conjunta de 280.000 MW mas que aumentarão em grande medida os problemas ambientais.

Finalmente, e perante a inoperância do Partido para resolver alguns destes problemas que afectam directamente a sociedade chinesa, têm surgido alguns grupos religiosos para conceder apoio espiritual e por vezes mesmo material. A frenética busca de riqueza na China tem provocado diversas desigualdades económicas, sendo as populações mais desfavorecidas, tanto nos campos como nas cidades, aquelas que mais se aproximam destes grupos. Enquanto o budismo se tornou popular entre a elite da sociedade chinesa, o protestantismo conta já com mais fiéis do que na Europa, segundo fontes não oficiais,²⁵ ao mesmo tempo que surgem novas seitas, nomeadamente cristãs. É na particularmente instável China rural, onde as novas seitas florescem. Segundo Susanna Chen que estudou as seitas rurais, “Pequim não pode tolerar grupos religiosos que não estejam directamente sobre o seu controlo mas por cada grupo que reprime, surgem dois

²⁴ MI, Chai – “Government clearing the way for people-centered governance: Drawing a new roadmap”, in *Beijing Review*, 2004, Abril, 1, p.23.

²⁵ KAHN, Joseph - “Violence Taints Religion’s Solace for China’s Poor”, in *The New York Times*, 2004, Novembro, 25.

para o substituir. E os novos grupos são frequentemente mais perigosos que os precedentes.”²⁶ O caso mais paradigmático são os Falungong, um grupo que combinava técnicas de *qigong* com meditação e que, devido ao assustador crescimento do seu número de fiéis, foi esmagado e proibido pelas autoridades chinesas em 1999.

E como tem a China respondido a todos estes desafios que fazem parte das consequências da globalização? Alguns autores referem que a resposta devia ser a reforma política, outros mais arrojados referem mesmo a democracia. Mas como estão os líderes chineses a responder a tais mudanças?

3. A resposta política chinesa

A liderança política chinesa tem procurado responder a alguns destes problemas não somente através da enunciação de teorias ou políticas de carácter ideológico mas também através de medidas concretas.

Com a preconização da política de reforma e abertura ao exterior (*gaige kaifang* 改革开放) em 1978, a China abriu a porta à globalização. Contudo, tal como Deng Xiaoping referiu um ano mais tarde, “quando se abrirem as portas, algumas moscas entrarão com o ar fresco”. Estas referem-se a todos os problemas sociais decorrentes do rápido desenvolvimento económico a que nos referimos anteriormente, assim como todo um conjunto de valores estrangeiros que continuam a invadir a China e a mudar as mentalidades da sua sociedade. Para responder a estes desafios, têm sido adoptadas diversas políticas e medidas num constante esforço de adaptação à realidade em mudança.

Na iminência de uma série de acontecimentos destabilizadores, que incluíram a chamada Primavera de Pequim, Deng Xiaoping definiu, em 1979, as linhas pelas quais se devia guiar a política nacional, os chamados quatro pontos cardeais (*si xiang jiben yuanze* 四项基本原则): a liderança do Partido Comunista, a via socialista, a ditadura do proletariado, e o marxismo-leninismo e o pensamento de Mao Zedong.

Em 1982, na abertura do 12.º Congresso Nacional do Partido Comunista, Deng Xiaoping defende um socialismo com características chinesas (*zhongguo*

²⁶ Citado por KAHN, Joseph - “Violence Taints Religion’s Solace for China’s Poor”, in The New York Times, 2004, Novembro, 25.

tese de shehui zhuyi 中国特色的社会主义) e, dez anos mais tarde, preconiza a adopção de uma economia socialista de mercado (*shehui zhuyi shichang jingji* 社会主义市场经济). No 14.º Congresso do Partido Comunista da China sugere-se explicitamente que a economia de mercado é a via para a um socialismo de características chinesas.

Apesar de alguns autores afirmarem que estas políticas têm provocado a separação entre uma infra-estrutura cada vez mais capitalista e uma superestrutura de influência ideológica socialista, parece exactamente que essa ligação não podia ser maior. A verdade é que o Estado chinês tem procurado definir uma infra-estrutura que sirva os seus interesses, sem se deixar dominar por ela, como ensinam as concepções marxistas.

Para se manter no poder, tem o Partido Comunista procurado modernizar a economia como forma de satisfazer as necessidades crescentes da população, com o objectivo de completar a edificação de uma sociedade modestamente acomodada (*xiaokang shehui* 小康社会) a todos os níveis, dentro dos primeiros 20 anos do séc. XXI. “É interessante notar que [já] no Livro dos Ritos, se fala de duas etapas do desenvolvimento político, em que a *xiaokang shehui* é uma fase intermédia antes de chegar ao ideal da “Grande Harmonia”, o *datong shehui* (大同社会).”²⁷ Actualmente a China ainda se encontra num estágio intermédio: no início da década de 80 do século passado, o critério de prosperidade moderada correspondia a um rendimento *per capita* de 800 dólares e actualmente esse valor ascende a 1000 dólares. Mas ainda falta um longo caminho a percorrer.

Para colocar em prática estes objectivos, ascendeu uma geração de líderes que já não se importa tanto com as qualidades ideológicas e militares mas mais com as suas capacidades de promoção económica e inovação tecnológica, trata-se afinal da ascensão de Adam Smith sobre Karl Marx, segundo expressão de John Faust e Judith Kornberg.²⁸ Este grupo de homens que ascendeu à classe política são formados em áreas mais técnicas, como engenharia, integrando-se numa liderança colectiva. Corresponde à transformação dos quadros do Partido a quatro níveis preconizada por Deng Xiaoping em princípios dos anos 80:

²⁷ MARTINS, Dora – “Os princípios confucionistas da ideologia chinesa actual”, in Estudos sobre a China VI, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2004, p. 1082.

²⁸ FAUST, John R. e KORNBERG, Judith F. – China in World Politics, Boulder (Colorado): Lynne Rienner Publishers, 1995, p. 71 e seg.

revolucionarização (*geminghua* 革命化), rejuvenescimento (*nianqinghua* 年青化), mais educação (*zhishihua* 知识化) e maior especialização (*zhuanyehua* 专业化).²⁹ Seleccionada com base na riqueza e no mérito, a elite chinesa “usufruiu de um poder de comando sobre a vida política, económica e social. A maior parte dos seus membros faz fortunas não através de inovações tecnológicas ou empresas industriais, mas reproduzindo e explorando as posições monolíticas de poder para acumular riqueza pessoal.”³⁰

Em 1993, Jiang Zemin ascende ao palco da política chinesa pela mão do carismático líder Deng Xiaoping. Contudo, não foi senão no segundo mandato que tomou duas medidas para resolver algumas das contradições e problemas sociais emergentes. No final de 1998, para fazer face à crescente degradação do desempenho da administração chinesa, adoptou a campanha dos “Três ênfases” (*san jiang* 三讲). Surgida num momento em que o grupo Falungong ameaçava o poder político e a corrupção dentro do Partido se tornava já muito evidente e incómoda, apelou à educação ideológica, crítica e auto-crítica dos oficiais do governo nos vários níveis através da ênfase no estudo da teoria política (*jiang xuexi* 讲学习), no aumento da consciência política (*jiang zhengzhi* 讲政治) e no cultivo de tendências políticas justas (*jiang zhengqi* 讲正气). A teoria política inclui não só os ideais comuns aos defensores da ideologia comunista, mas também o socialismo de características chinesas. E este ajustamento específico à realidade chinesa deve ser contínuo, estando sempre alerta para a mudança de circunstâncias económicas e sociais e realizando-se as respectivas adaptações: a completar a máxima de “procurar a verdade dos factos” (*shishi qiu shi* 实事求是) de Deng Xiaoping, declara Jiang Zemin *yushi cujin* (与时俱进), ou seja, adaptar-se ao tempo presente, numa forma tipicamente confucionista de busca constante de conhecimento e actualização à realidade. Esta adaptação deveria ter em conta as três perspectivas (*san guan* 三观), elemento principal das três ênfases e que inclui a perspectiva do mundo (*shijie guan* 世界观), da vida (*rensheng guan* 人生观) e dos valores (*jiazhi guan* 价值观). Desta forma, Jiang Zemin promoveu a disciplina ideológica à maneira maoísta, fortalecendo as estruturas organizativas do Partido

²⁹ Cit por NATHAN, Andrew – “China’s ambiguous leadership transition”, in *Daxiyangguo*, n.º 4, 2003, 2.º semestre, p.7, trad. do autor.

³⁰ He Qinglian – “China’s Listing Social Structure”, in *New Left Review II*, n.º 5, Setembro – Outubro, p. 70.

com a consciencialização política como o cerne. Esta campanha surge como uma resposta à expansão do movimento Falungong, assim como aos problemas internos do Partido, nomeadamente a confiança decrescente nos ideais políticos e degradação do desempenho dos oficiais governamentais, ligada à corrupção, evasão fiscal, falta de vigilância do desempenho, não implementação de políticas aprovadas pelo governo central e excessiva preocupação na obtenção de lucro.

Para reforçar o poder do Partido e em face do reduzido efeito resultante da campanha anterior, Jiang Zemin preconiza a sua célebre, ainda que pouco inovadora, “Teoria das Três Representações” (*san ge daibiao* 三个代表). Surgida em Fevereiro de 2000, aquando da viagem do presidente chinês a Guangdong e mais detalhadamente explicada no seu discurso comemorativo do 80.º Aniversário do PCC em Julho do ano seguinte, esta teoria apresenta-se como resposta às mudanças verificadas na sociedade, economia e sistema político chineses. Atribui ao Partido um papel de representação do desenvolvimento das forças de produção avançadas, de liderança de uma cultura avançada (cultura socialista de massas que proporciona apoio moral para o desenvolvimento económico da China), de representação dos interesses fundamentais (riqueza, felicidade, estabilidade, democracia e civilização) da maioria do povo chinês. Contudo, esta teoria, melhor dizendo pensamento, não passa de uma tentativa de modernização do partido, que através de uma maciça campanha de promoção ao nível nacional,³¹ mais não fez do que desviar por algum tempo as atenções do povo dos problemas reais e apresentando uma perspectiva supostamente nova, mas que afinal não passa da velha ideologia sob novas vestes.

O aspecto mais inovador desta teoria é a referência à representação dos interesses da maioria do povo chinês, que se aplica não somente à satisfação das necessidades das massas que em tempos deram origem ao Partido, mas também às classes sociais emergentes com a globalização, os empresários privados, ditos capitalistas, afinal as forças de produção avançadas da China. Ainda que alguns destes já tivessem integrado alguns órgãos do PCC de uma forma não declarada, a partir de 2003 e de acordo com a alteração dos Estatutos do Partido, passaram a

³¹ É interessante notar que em vários momentos, importantes, campanhas ideológicas têm sido postas em prática a seguir a problemas económicos ou sociais mais evidentes como forma de desviar as atenções dos problemas reais. Foi o caso da Campanha de Promoção das Três Representações, accionada por Hu Jintao após o surgimento da pneumonia atípica, que culminou com a publicação do Guia de Estudo do Importante Pensamento das Três Representações (中共中央宣传部, 三个代表重要思想学习纲要, 学习出版社, 2003) em Junho de 2003, e que todos os quadros e massas, incluindo os estudantes, deviam aprender.

poder fazê-lo legalmente. Trata-se de conceder poder político a quem já tem poder económico, enriquecidos por mais de duas décadas de política de reforma e abertura. São estes afinal que podem financiar o próprio Partido, enfraquecendo as classes mais desfavorecidas passíveis de rebelar-se. A inclusão da Teoria das Três Representações no Preâmbulo da Constituição da RPC, em Março de 2004, representou a sua consagração suprema como um dos princípios directores da política chinesa, ao lado do marxismo-leninismo, do pensamento de Mao Zedong e da teoria de Deng Xiaoping, já depois da saída de Jiang Zemin. Ao mesmo tempo, nesta revisão constitucional, foi assegurada a protecção da propriedade privada dos cidadãos chineses (artigo 13.º), salvaguardando-se assim os direitos dos capitalistas; assim como a protecção dos direitos humanos (artigo 33.º) e a compensação pelo Estado por expropriação de terras (artigo 10.º). Estas emendas inserem-se perfeitamente no espírito de Deng Xiaoping que inspirou a inclusão do termo “economia privada” na revisão de 1988 e da expressão “economia socialista de mercado” e “socialismo com características chinesas” na revisão de 1993, tal como a ênfase no papel do sector privado e a consideração da “*rule of law*” como uma política nacional na revisão de 1999. Para Beijing, as últimas emendas encontram justificação na economia de mercado, estimulando-se o crescimento económico, criando-se mais oportunidades de emprego e contribuindo para a riqueza da sociedade chinesa.

Todas estas mudanças parecem indicar novos ventos de mudança ao nível da política interna chinesa e que os actuais líderes, escolhidos ainda por Deng, parecem querer impulsionar, ainda que com algumas limitações. Entre finais de 2002 e princípios de 2003 ascendeu à cena política chinesa a chamada quarta geração de líderes, encabeçada pelo presidente Hu Jintao e pelo primeiro-ministro Wen Jiabao. Estes subiram ao poder numa época de relativa prosperidade da China, a terceira década correspondente ao mais longo período de estabilidade política e social desde há um século.

Para evitar que a História se repita, em que por diversas vezes manifestações populares apoiadas por seitas religiosas provocaram a queda de dinastias, como foi o caso dos Turbantes Amarelos que provocaram a queda da dinastia Han e o Movimento *Taiping Tianguo* (太平天国) que originou a queda da última dinastia, a actual liderança chinesa tem procurado dar resposta aos

problemas económicos e sociais que estão na origem de algumas manifestações de descontentamento, ao mesmo tempo que reprime as revoltas, controla o uso da internet, particularmente para fins subversivos e proíbe alguns grupos religiosos mais perigosos. Isto porque, tal como diz o ditado chinês, o povo qual rio pode ajudar a suportar o barco mas também o pode virar (*shui ke zai zhou, yi ke fuzhou* 水可载舟，亦可覆舟). Por esse motivo, a equipa Hu-Wen adoptou a expressão *yi min wei ben* (以民为本), isto é “colocar o povo em primeiro lugar” como o mote do seu governo. Alias, o primeiro-ministro Wen Jiabao é conhecido como o “homem do povo”. Em Julho de 2003, Hu Jintao sublinhou a necessidade de estabelecer um partido de acordo com os interesses da maioria e governar de acordo com os interesses do povo (*li dang wei gong, zhizheng wei min* 立党为公，执政为民), a melhor via para alcançar as Três Representações.

Trata-se afinal da tradicional ideia confucionista de que o povo é o mais importante e o soberano o menos importante, o que está ligado ao conceito da virtude do soberano. Segundo o confucionismo, “os requisitos para governar são suficiência de alimentos, suficiência de equipamento militar e confiança do povo no seu governante”³² Se o soberano proceder à satisfação das necessidades do povo, demonstrando ser um bom soberano, aquele obedecer-lhe-á espontaneamente, seguindo-o como a uma Estrela Polar. Contudo, se o soberano negligenciar os seus deveres, o povo terá todo o direito de se rebelar. Temendo essa situação, a liderança chinesa actual tem tentado dar resposta a diversas contradições emergentes da globalização.

Foi exactamente com este objectivo que foi adoptado, a 21 de Fevereiro de 2004, num Seminário da Escola do Partido Comunista Chinês, o Conceito de Desenvolvimento Científico (*kexue fazhanguan* 科学发展观) como um dos princípios directores da governação.³³ Baseado nos princípios ideológicos das “Três Representações” de Jiang Zemin e da construção de uma sociedade modestamente acomodada (小康社会), estádio actual em que se encontra a China, este conceito compreende quatro aspectos do desenvolvimento, mormente o desenvolvimento

³² “Analectos de Confúcio”, Cap. XII:7, Os Quatro Livros, Changsha: Editora de Hunan, 1992, p. 169, trad. da autora. (论语, 四书, 长沙: 湖南出版社, 1992)

³³ Para um entendimento aprofundado sobre este conceito, veja-se Estabelecer e Pôr em Prática o Conceito de Desenvolvimento Científico, Beijing: Editora da Escola do Partido, 2004. (树立和落实科学发展观, 北京: 中共中央党校出版社, 2004).

humano, compreensivo, coordenado e sustentável.³⁴ Em primeiro lugar, há que fomentar um desenvolvimento que coloca o povo em primeiro lugar (*ren wei ben* 以人为本), procurando promover os seus interesses, satisfazer as suas principais necessidades materiais e culturais e garantir os seus direitos económicos, culturais e políticos, beneficiando o povo num todo. O desenvolvimento compreensivo (*quanmian fazhan* 全面发展) tem a ver com a adopção do desenvolvimento económico como a tarefa central, ao mesmo tempo que se promove a construção compreensiva económica, política e cultural e se contribui para o progresso social total. O desenvolvimento harmonioso (*xietiao fazhan* 协调发展) inclui o equilíbrio em cinco aspectos (*wu ge tongchou* 五个统筹): equilíbrio entre o desenvolvimento rural e urbano, desenvolvimento entre diferentes regiões, desenvolvimento económico e social, desenvolvimento entre o homem e a natureza e desenvolvimento interno e abertura ao exterior. Finalmente o desenvolvimento sustentável (*kechixu de fazhan* 可持续的发展) tem a ver com a harmonia que deve haver entre o homem e a natureza, coordenando-se o desenvolvimento económico com a população, os recursos e o ambiente.

Este conceito de desenvolvimento científico tem sido apoiado e divulgado pelos líderes chineses em diversas ocasiões, não somente em Conferências e Congressos do Partido e do Governo, como foi o caso do recente Congresso Nacional realizado em Março, mas também através de Reuniões dedicadas especificamente ao seu conteúdo, como seja a 6.^a Reunião do Comité Permanente da 10.^a Conferência Política Consultiva, realizada em Julho de 2004.

Na prática, uma das questões fundamentais deste conceito é exactamente a resolução dos chamados três problemas da ruralidade (*san nong wenti* 三农问题), que afectam o desenvolvimento económico e a estabilidade social da China. Estes correspondem aos problemas da China rural (*nongcun wenti* 农村问题), da agricultura (*nongye wenti* 农业问题) e dos camponeses (*nongmin wenti* 农民问题).

As contradições ligadas à agricultura referem-se ao facto de que emprega 60% da população chinesa, enquanto o seu contributo para o rendimento nacional caiu de 40% em finais de 1970 para menos de 15 % na actualidade, em consequência da expansão do sector industrial na China. Por outro lado, os

³⁴ “Fully understand the guidance significance of scientific concept”, in *People’s Daily Online*, 2004, Março, 23.

camponeses ainda têm um grande peso na população chinesa total (70%), totalizando 900 milhões de pessoas. Segundo o governo chinês,³⁵ cerca de 130 milhões de camponeses, metade da população total dos EUA e mais de 50% da população flutuante, não encontrando emprego no campo, dirigem-se às cidades para trabalhar. Ultrapassando a mão-de-obra urbana, converteram-se na principal força de trabalho industrial da China. Na generalidade, os camponeses chineses têm um baixo nível educativo, utilizando principalmente a força física para desempenhar as suas tarefas, predominantemente relacionadas com a agricultura. Os salários são também reduzidos. “Segundo um censo do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, em 2.600 empresas em Beijing, Tianjin, Shenzhen e outras 26 cidades no total, o salário mensal médio de um trabalhador rural é de 660 yuan (cerca de € 70), muito mais baixo que o de um trabalhador urbano.”³⁶ Como tal, os camponeses são discriminados, realizando as tarefas mais duras nas cidades e recebendo um salário inferior.

Para fazer face a estes mesmos problemas, o governo chinês decidiu no último Congresso Nacional isentar o pagamento dos impostos agrícolas a nível nacional em 2006³⁷, dois anos antes do previsto, através de um abaixamento progressivo, para além da concessão de subsídios directos aos agricultores e subsídios para aquisição de maquinaria e ferramentas agrícolas. De acordo com o Departamento Nacional de Estatísticas, devido a estas políticas preferenciais, os agricultores receberam 45,1 biliões de yuan (5,4 biliões de USD) de ganhos económicos directos, sendo que o rendimento médio dos agricultores subiu 6,8% em 2004, a mais alta subida em sete anos.³⁸ Segundo o relatório apresentado no Congresso Nacional, o governo central gastou 262,6 biliões de yuan com a agricultura, agricultores e áreas rurais, um aumento de 22,5% em relação ao ano anterior.

Ademais, tem sido tomadas medidas de carácter social, nomeadamente de incentivo ao emprego. Em 2004, 9,8 milhões de residentes urbanos entraram pela primeira vez na vida activa³⁹. Em 2003, foi estabelecido um fundo especial do orçamento central de 4,7 biliões de yuan para apoio aos programas de reemprego,

³⁵ “Trabajadores rurales - población marginal de la ciudad”, in China Hoy, vol. XLV, n.º 5, 2004, Maio, p. 7.

³⁶ *Idem*, p. 8.

³⁷ Para fazer face a essa diminuição das receitas locais, o governo central conceder-lhes-á 14 biliões de yuan do seu orçamento, aumentando as despesas totais para 66,4 biliões de yuan.

³⁸ “China to exempt all agricultural taxes in 2006, premier”, People’s Daily Online, 2005, Março, 5.

³⁹ “Facts & figures: China’s major achievements in 2004”, People’s Daily Online, 2005, Março, 5.

que dois anos mais tarde totalizaria 10,9 bilhões de yuan. Os residentes urbanos usufruem também de uma pensão de subsistência para garantir o nível de vida mínimo aos mais necessitados. Em 2003, o Estado atribuiu também 60,8 bilhões de yuan para garantir o pagamento do subsídio de alojamento e as pensões dos idosos, o que representou um aumento de 13,1 % em relação ao ano anterior, assim como 9,2 bilhões de yuan para ajudar a pagar os subsídios de subsistência, o dobro de 2002. Em 2004, foi destinado à segurança social um total de 146,5 bilhões de yuan do orçamento, aumentando 18,1% em relação ao ano precedente. Das medidas de âmbito social fazem também parte o planeamento familiar, nomeadamente campanhas ao nível local, estudos sobre o desenvolvimento populacional e sobre o envelhecimento da população.

As medidas de alívio da pobreza são também significativas, nomeadamente ao nível da melhoria das condições de vida da população mais desfavorecida, especialmente da saúde e educação. Estas medidas incluem promoção da saúde e educação em áreas rurais, obtenção de fundos e atracção de investimento, construção de estradas, escolas, hospitais e outras infra-estruturas, entre outras. Em 2004, foram concedidos 12,2 bilhões de yuan para trabalho de alívio à pobreza.⁴⁰ Em consequência destas medidas, a população pobre nas áreas rurais diminuiu de 250 milhões, em 1978, para 29 milhões de pessoas, representando somente 30% do total de população rural.

Para promover o equilíbrio entre as regiões rurais do interior e as regiões mais desenvolvidas, foi estabelecido como objectivo fundamental a estratégia de desenvolvimento do Oeste da China, que representa dois terços do território nacional e um terço da população total. Desde o início desta política há 5 anos atrás já ali foram investidos cerca de 400 bilhões de yuan, o equivalente a 48 bilhões de dólares.

O combate à corrupção é outra das questões fundamentais com as quais a China se depara na actualidade e que tem sido particularmente enfatizada nos últimos tempos, pois cada vez mais a liderança chinesa toma consciência da sua ameaça para o próprio Partido, podendo provocar sua desfragmentação gradual e eventualmente queda. Para além disso, a corrupção tem um custo financeiro muito elevado: nos primeiros 11 meses de 2004, a China pôs cobro a 36.509 casos de

⁴⁰ “Facts & figures: China’s major achievements in 2004, [People’s Daily Online](#), 2005, Março, 5.

corrupção envolvendo 42.225 pessoas, o que provocou a devolução de 3,83 bilhões de yuan (cerca de 461,45 USD).⁴¹

O combate à corrupção inclui não somente a punição dos culpados mas também a prevenção, tal como enfatizado pelo primeiro-ministro chinês na terceira reunião do Conselho de Estado sobre governação limpa, em Fevereiro de 2005. Para além de uma série de campanhas anti-corrupção que têm sido adoptadas pelo governo chinês nos últimos anos e do aumento da supervisão das actividades dos oficiais chineses, procura-se punir severamente os culpados, o que é cada vez mais publicitado. São inúmeros os casos de corrupção tornados públicos na imprensa chinesa, alguns dos quais envolvendo membros da administração local e mesmo central como foi o caso do ex-Ministro da Agricultura e dos Recursos, Tian Fengshan, que foi removido deste cargo em Outubro de 2003 e acabaria por ser expulso do Comité Central do PCC e do PCC menos de um ano depois, por abuso de poder e aceitação de subornos que totalizaram 5,03 milhões de yuan (600.000 USD).⁴² Contudo, Beijing também está a usar escândalos de corrupção para aumentar o controlo sobre determinadas regiões.

Para além disso, desde 2001, o Departamento Nacional de Auditoria submete relatórios de auditoria ao Comité Permanente do Congresso Nacional Popular, o que tem chamado a atenção do público nacional e também internacional. Estes relatórios têm revelado muitos casos de violação de regras por departamentos ou pessoas directamente responsáveis pelos mesmos, sendo expostos diversos casos de corrupção. No último relatório de Junho de 2004, o Auditor Geral Li Jinhua pôs a nu práticas de má finança que totalizaram 172 USD de fundos desviados, atitude essa que foi aplaudida pela Agência de Transparência Internacional. Na sequência desse relatório, o Departamento Nacional de Auditoria anunciou que planeava inspeccionar as contas de todos os departamentos do Partido Comunista, serviços do governo central e entidades subsidiadas pelo Estado desde Janeiro de 2005.

Contudo, segundo Andrew Wedeman, estas campanhas anti-corrupção fizeram aumentar a intensidade da corrupção pois “a eficácia de uma campanha anti-corrupção ao estilo chinês varia de acordo com os ganhos absolutos e relativos

⁴¹ “CPC works to curb corruption at source”, in *People’s Daily*, 2004, Setembro, 28.

⁴² “Former land minister expelled from CPC Central Committee”, in *People’s Daily Online*, 2004, Setembro, 20.

resultantes da corrupção e, sob certas condições tais como encontradas na China, do facto deste tipo de campanha contribuir para a diminuição da taxa de corrupção de baixo-nível e baixa-participação, mais do que da corrupção de alto-nível e alta-participação, e podendo ter ainda um efeito inflacionário, pressionando os quadros corruptos a exigir subornos maiores.”⁴³

Directamente relacionado com a corrupção e com muitas práticas de má finança está o jogo, onde muitas vezes os fundos ilegalmente obtidos são gastos. Tem-se tornado públicos os casos de diversos oficiais chineses que desperdiçam fortunas provenientes de fundos públicos ou ilegalmente obtidos em casinos fora da China continental, especialmente em Macau e na Coreia do Norte. Complementar à campanha anti-corrupção, foi lançada em Janeiro de 2005 uma campanha contra o jogo, especialmente entre os oficiais do governo chinês.

Apesar de todas estas medidas, a questão que se coloca é se serão suficientes para responder aos desafios da globalização com que se depara a China na actualidade ou será necessária uma reforma mais profunda do sistema político, principalmente em face da tendência global em direcção a sistemas democráticos.

4. Uma reforma política possível

Parece-nos que se na China há-de ocorrer uma profunda reforma do sistema político, seja qual for a sua forma, esta terá que começar dentro do Partido para ser bem sucedida. Assim, têm-se desenvolvido esforços para o modernizar e melhorar o seu desempenho, adaptando-se às mudanças sociais. Em Setembro de 2004, na quarta sessão plenária do 16.º Congresso do Partido Comunista chinês, definiu-se como prioridade “elevar as capacidades governativas do Partido”, o que inclui a promoção da democracia e do *rule of law* e ter em conta as classes populares nas considerações governativas, assim como promover os recursos humanos mais qualificados.

Nesta reforma partidária será relevante a Campanha de Educação lançada em Janeiro deste ano para preservação do carácter avançado dos membros do Partido. Empunhando o mote da vanguarda do seu tempo (*shidai xianfeng* 时代先锋), esta campanha pretende elevar a capacidade de governação do Partido,

⁴³ WEDEMAN, Andrew – “Anticorruption Campaigns and the Intensification of Corruption in China”, Jornal of Contemporary China, Vol. 14, n.º42, 2005, Fevereiro, p. 95.

consolidar o seu estatuto de poder e completar a sua missão de governação.⁴⁴ À semelhança dos “Três Ênfases”, esta campanha à maneira maoísta, aprovada a 17 de Novembro passado, assume a forma de sessões de estudo da ideologia, explicando nomeadamente a sua forma de adaptação à economia de mercado, e autocrítica dentro dos ministérios, escolas e fábricas por todo o país. No final dos 18 meses previstos, uma das mais longas, o desempenho dos membros do partido será submetido a julgamento pelos seus companheiros, do que dependerá a sua continuação ou não no Partido. Ao mesmo tempo, personalidades não pertencentes ao partido serão convidados a dar os seus comentários e pareceres, de modo a garantir a efectividade da campanha.

Se o Partido quer sobreviver tem de se reformar. Será que essa reforma implica necessariamente um sistema democrático? A verdade é que esta já vem sendo promovida desde há algum tempo, uma democracia de características chinesas. Se bem que já no Livro da História já se mencionasse o termo “minzhu” (民主) com o significado “senhor do povo”, nos tempos modernos esta designação passou a significar “governo pelo povo”. Tendo sofrido a influência da ideologia marxista que falava da distinção entre democracia burguesa e democracia socialista, que havia de substituir a primeira, os líderes chineses criaram um novo conceito de democracia. Enquanto Mao Zedong adoptou como sistema político, a ditadura democrática popular das massas e para as massas, já Deng Xiaoping introduziu algumas mudanças, advogando uma democratização gradual da vida política e da administração económica do partido e do Estado, uma democracia intra-partidária e uma democracia gradual entre o povo. O líder da terceira geração, Jiang Zemin sublinhou a necessidade de se construir um país socialista governado pela lei, criando um sistema legal de características chinesas e promovendo a democracia local. É nesta linha que a actual liderança tem continuado a defender a democracia intrapartidária, materializada na escolha dos líderes dentro dos órgãos do Partido, o desenvolvimento de uma democracia socialista, em que a discussão e consulta entre os diferentes partidos são permitidas sob a liderança do Partido Comunista, e a adopção do povo como a sua preocupação principal num governo através do “*rule of law*”. Na 12.^a sessão do grupo de estudo do Politburo do PCC, realizada em Abril do ano passado, o presidente chinês Hu Jintao chegou a

⁴⁴ “CPC launches education campaign to consolidate ruling status”, People’s Daily Online, 2005, Janeiro, 19.

defendeu inclusivamente que “a participação política ordeira dos cidadãos devia expandir-se e a eleição democrática popular, a tomada de decisão democrática, a administração democrática e a supervisão democrática de acordo com as leis deviam ser salvaguardadas.”⁴⁵

Tal como Li Tieying sistematizou, a democracia socialista de características chinesas distingue-se da democracia burguesa, caracterizando-se por: elevado grau de integração entre a liderança do PCC e o governo popular do país, novo tipo de política partidária com cooperação multipartidária e consulta democrática, combinação de democracia para as massas e ditadura de acordo com a lei para elementos hostis, garantia da realização genuína dos direitos humanos através do sistema de governo nacional popular, garantia da política democrática através do centralismo democrático, isto é, eleição através de procedimentos democráticos do Congresso Nacional Popular perante o qual os órgãos administrativos, judiciais e da procuradoria são responsáveis.⁴⁶

Na prática, o modelo democrático ainda que limitado tem sido aplicado nas eleições dos Comitês de aldeia e dos comitês de bairro urbanos (*shequ* 社区)⁴⁷. De acordo com a Lei Orgânica dos Comitês de Aldeia, adoptada em 1998, mais de 5 milhões de aldeões escolherem já os líderes destes comitês através de voto directo. Esta é a única oportunidade que alguns cidadãos chineses têm para escolher os seus líderes mais directos, ao nível local, e alguns utilizam esse meio para expressar o agrado ou desagrado por este ou aquele líder, ao avaliar o seu desempenho. Contudo, estas são eleições muito limitadas em que os candidatos não podem concorrer contra a vontade do Partido. Ademais, as autoridades centrais refreiam-se de conceder muito poder a estes Comitês de Aldeia para evitar algum tipo de localismo, resistindo às medidas adoptadas pelo poder central. Apesar de se falar muito destas eleições como pioneiras de um possível sistema democrático futuro, não nos parece que isso irá acontecer pois estas eleições encontram-se delimitadas por um apertado jugo.

⁴⁵ “President Hu urges people’s democratic participation”, in *People’s Daily Online*, 2004, Abril, 28.

⁴⁶ LI Tieying – “Questions on the Theory of Democracy”, *Social Sciences in China*, 2001, Verão, pp. 5-24.

⁴⁷ Para um entendimento mais profundo sobre o modo de selecção dos líderes e modo de funcionamento destas comunidades urbanas, vide DERLETH, James e KOLDYK, Daniel R. – “The *Shequ* Experiment: grassroots political reform in urban China”, *Journal of Contemporary China*, Vol. 13, n.º 41, 2004, Novembro, pp. 747-777.

Apesar da nova geração de líderes apresentar uma grande abertura e disponibilidade para ouvir novas ideias,⁴⁸ suscitando grandes esperanças de mudança entre os analistas estrangeiros, esta nova geração de líderes chineses é acima de tudo pragmática: o seu principal objectivo é o bom desempenho do governo e manutenção do Partido no poder. Neste modelo de liderança colectiva não está em causa a obtenção de prestígio pessoal, nem a tomada de decisões populares aos olhos dos líderes ocidentais. Não é isso que irá mantê-los no poder, mas sim uma tomada de decisões consciente e pragmática, com vista a melhorar as condições de vida da população, promovendo um desenvolvimento económico compreensivo e não somente o crescimento económico. Se não o fizerem, o povo poderá voltar o barco.

Durante a cerimónia comemorativa do 50.º Aniversário da fundação do Congresso Nacional Popular, Hu Jintao tirou quaisquer dúvidas: “a História provou que seguir cegamente os sistemas políticos ocidentais conduzirá a China a um beco sem saída.”⁴⁹ Como tal, um sistema político de cariz democrático, a ter lugar, nunca assumiria o modelo ocidental puro, o que se poderia tornar perigoso. Perante uma maior abertura e num ambiente ainda de grande desigualdade económica e social, as exigências da população poderiam tornar-se incontroláveis, gerando o caos. Esta situação é tanto mais possível em vista do reduzido carisma da actual liderança chinesa.

Por isso, e apesar de demonstrar uma maior abertura e transparência na tomada de decisões, o governo continua a ser muito prudente no controlo das actividades de dissidentes políticos, controlo da disseminação de informação de teor político, nomeadamente através da Internet, e na repressão de grupos de estudo de assuntos políticos. E não nos parece que os líderes chineses hesitarão em face de graves situações de instabilidade ou tumultos. Não nos esqueçamos que Hu Jintao foi o responsável pela declaração da lei marcial e repressão de distúrbios no Tibete em 1989.

É interessante notar que já antes da morte de Zhao Ziyang, Beijing havia apertado a segurança na Praça de Tiananmen, não esquecendo que tanto após a

⁴⁸ Por exemplo, em Setembro de 2003, realizou-se uma reunião entre os membros do Politburo e dois intelectuais chineses sobre as possíveis reformas no sistema político chinês, nomeadamente incluindo elementos dos sistemas políticos ocidentais.

⁴⁹ “Copying western political systems would lead to blind alley for China: Chinese president”, in People’s Daily Online, 2004, Setembro, 15.

morte de líderes carismáticos como Zhou Enlai e Hu Yaobang, dois reformadores, Pequim foi palco de grandes manifestações populares por reforma política.

A questão que se coloca é que forma assumirá a reforma política necessária. Parece-nos que um modelo democrático puro não seria adequado à realidade chinesa, talvez uma “democracia de características chinesas”, que combine *rule by law* com o *rule by virtue*.

A abertura da China ao exterior fez não só a sua economia crescer mas aumentou também o contacto do seu povo com o mundo exterior com diferentes formas de pensar e agir. Se por um lado o rápido crescimento económico acentuou as contradições do capitalismo, aumentando o número de desfavorecidos, também permitiu a ascensão de uma classe média cada vez mais ávida das novidades do Ocidente. E ambos os grupos provocam grandes mudanças nos sistemas social, económico e, em última análise, político chineses. As classes sociais baixas pugnam cada vez mais por melhores condições de vida e lutam contra as injustiças de que são alvo, lançando mão muitas vezes de meios violentos, tal como descrito anteriormente, afinal nada têm a perder. A classe média, alta tomando contacto com os sistemas económico e político estrangeiros almejam para a China um modelo semelhante, que melhor satisfaça as suas necessidades e onde se possam exprimir. Perante as contradições em que se encontra, o governo chinês pugna cada vez mais por um sistema mais eficiente, um governo que melhor responda às necessidades da população. É neste cenário que se insere o governo pela virtude, que buscará uma maior eficiência através da reforma da estrutura governamental e administrativa, com “*checks & balances*” do poder da liderança, uma maior separação do Partido e do governo e uma divisão tripartida do poder, assim como através de uma maior supervisão das actividades do Partido e do governo aos diversos níveis contra o mau desempenho e a corrupção.

Ao mesmo tempo, este “governo pela virtude” deve ser apoiado por um “governo pela lei”, em que esta seja escrupulosamente cumprida por todos e supervisionada pelas entidades responsáveis. A lei é utilizada para regular a sociedade, limitando e controlando o poder do Estado. Tendo em conta a situação económica e social actual da China, especialmente a dimensão do fenómeno da corrupção, a promoção do “*rule of law*” será fundamental. Pan Wei chegou mesmo a propor um sistema de “*rule of law*” consultivo de seis pilares: sistema de serviço

civil neutro, sistema judicial autónomo, instituições de consulta social extensivas, sistema anti-corrupção independente, sistema de auditoria independente e salvaguarda da liberdade de expressão, imprensa, reunião e associação.⁵⁰

Nesta fase inicial, procurar-se-ão resolver os problemas mais imediatos existentes ao nível da sociedade, economia e, em menor grau, política. Numa perspectiva confucionista, a função do Estado é paternalista: “governar para o povo e não pelo povo”. Somente depois de satisfeitas as necessidades básicas da população se poderá considerar uma reforma mais profunda do sistema político, que para ser bem sucedida deverá ser gradualista e sempre dentro das necessidades do Partido, do Estado e, em menor grau, das exigências da população. É afinal um sistema político de características chinesas perfeitamente inserido numa concepção temporal e de harmonia social tradicionalmente chinesa.

⁵⁰ PAN, Wei – “Toward a Consultative Rule of Law Regime in China”, Journal of Contemporary China, 2003, Vol. 12, N.º 34, pp. 3-34.